

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2009.

Convite para que Audiência Pública, nesta Comissão, dos senhores Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Otacílio Cartaxo, Secretário da Receita Federal; e Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional, para que possam prestar esclarecimentos sobre a determinação do Ministério da Fazenda à Receita Federal para que suspenda parte da devolução do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que deveria ser restituído entre junho a dezembro do corrente ano, devido a problemas de caixa e queda de arrecadação.

AUTOR: Deputado GUILHERME CAMPOS
(DEM/SP)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 255 ao 258 do Regimento Interno, para que seja submetido ao Plenário desta Comissão, o presente Requerimento de Convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega; ao Secretário da Receita Federal, senhor Otacílio Cartaxo e; ao Secretário do Tesouro Nacional, senhor Arno Augustin,



A6049E0143

para que compareçam, em Audiência Pública nesta Comissão com a finalidade de esclarecer a determinação do Ministério da Fazenda à Receita Federal para que adie as restituições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), e que deveria ser restituído entre junho a dezembro do corrente ano, tendo em vista as dificuldades de caixa e queda da arrecadação.

JUSTIFICATIVA

A confirmação de que o governo vem retendo a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) por conta de seus problemas de caixa é altamente preocupante. Ao contrário do que afirma o Sr. Ministro da Fazenda, a população sofre sérios prejuízos com esse tipo de prática. Sabemos que muitos brasileiros utilizam suas restituições para a quitação de dívidas. Como essas dívidas são muito mais caras que a Selic utilizada para remunerar a restituição, fica gerado o prejuízo a ser arcado, principalmente, pelos trabalhadores de classe média. Além disso, fica frustrada aquela pessoa que tem direito à restituição e pretende gastá-la por ocasião das festas de final de ano. Pode-se dizer que a atitude do governo guarda alguma semelhança com o confisco ocorrido à época do Collor, uma vez que se trata de um direito que está sendo postergado em função de uma política conduzida de forma equivocada pelo governo.

A confirmar a pretensão do Governo de postergar a devolução do Imposto de Renda está claramente caracterizado o confisco, visto que esse dinheiro não lhe pertence mas ao contribuinte, que já foi penalizado pelo recolhimento antecipado na fonte. Desde junho que essa devolução está passando por considerável redução. De junho a outubro houve uma redução de 21,7% em comparação com o mesmo período do ano passado.



Assim, diante da relevância do tema, julgamos ser imperioso o convite aos senhores Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional e; Otacílio Cartaxo, Secretário da Receita Federal para que prestem maiores esclarecimentos sobre fato de tamanha envergadura.

Sala de Reuniões, em de outubro de 2009.

Deputado **GUILHERME CAMPOS**
DEM/SP



A6049E0143